



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**  
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 215/2025

Brasília (DF), 14 de maio de 2025.

Às seções sindicais, às(aos) diretoras(es) e secretarias regionais do ANDES-SN

**Assunto:** Envia nota de repúdio da Diretoria do ANDES-SN à violência policial na Favela do Moinho, São Paulo - SP.

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento e ampla divulgação, Nota da Diretoria do ANDES-SN de repúdio à violência policial na Favela do Moinho, São Paulo – SP.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof.<sup>a</sup> Annie Schmaltz Hsiou**  
**3<sup>a</sup> Secretária**

## **NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLICIAL NA FAVELA DO MOINHO, SÃO PAULO-SP**

O ANDES-SN repudia veementemente o uso da violência policial por parte da Polícia Militar e da CDHU, sob responsabilidade do governo do Estado de São Paulo, liderado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), que tem tratado o direito à moradia como caso de polícia, recorrendo à repressão ostensiva. Em um contexto complexo, que envolve responsabilidades dos governos estadual e federal — e marcado pela falta de avanço em soluções efetivas —, a população da Favela do Moinho, localizada na região central da cidade de São Paulo, tem sido alvo de bloqueios de acesso às suas casas, ações violentas da polícia e demolições arbitrárias de suas moradias. Essas famílias lutam por um direito básico: à moradia digna para viver.

Por um lado, o governador descumpriu o acordo firmado com a União para que a desocupação do terreno ocorresse de forma pacífica e negociada. Agora, atua em duas frentes: de um lado, apresenta propostas de cartas de crédito injustas — no valor inicial de R\$ 250 mil, a serem complementadas pelas próprias famílias — e oferece apartamentos pequenos, de apenas 40 m<sup>2</sup>, com financiamento de 30 anos, o que levará ao endividamento e ao comprometimento das condições de vida digna das(os) moradoras(es). De outro lado, promove repressão policial ostensiva durante o processo de desocupação, com o objetivo de viabilizar a construção de um parque e de uma estação ferroviária, sem qualquer forma de negociação ou mediação baseada no diálogo com a comunidade afetada.

Reafirmamos que o direito à moradia, neste país, não pode ser tratado como caso de polícia, mas deve ser conduzido com respeito, diálogo e o tempo necessário para a construção de alternativas que conciliem o interesse público com os direitos sociais.

Nesse sentido, o ANDES-SN reitera seu repúdio a qualquer forma de violência policial e à truculência dos governos — em especial do governo Tarcísio, que não apenas desrespeita a população e os direitos de cidadania, como também afronta os direitos humanos, ao contrapor, de forma repressiva, os interesses sociais aos interesses do capital.

Brasília (DF), 14 de maio de 2025.

**Diretoria do ANDES - Sindicato Nacional**